



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS ACERCA DOS IMPACTOS DA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SUA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO RECÔNCAVO BAIANO.**

Catharina Kaly Pereira Bispo dos Santos

CACHOEIRA-BAHIA

2016

Catharina Kaly Pereira Bispo dos Santos

**PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS ACERCA DOS IMPACTOS DA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SUA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO RECÔNCAVO BAIANO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, como requisito para
obtenção do diploma, para o grau de
Bacharel em Serviço Social. Orientada por
Dr^a. Heleni Duarte Dantas de Ávila.

CACHOEIRA-BAHIA

2016

CATHARINA KALY PEREIRA BISPO DOS SANTOS

PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS ACERCA DOS IMPACTOS DA
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SUA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Cachoeira – BA, aprovada em 05/04/2016.

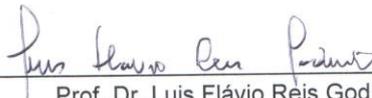
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila
(Orientadora – UFRB)



Profa. Dra. Rosenária Ferraz de Souza
(Membro Interno – UFRB)



Prof. Dr. Luis Flávio Reis Godinho
(Membro Externo – UFRB)

À mulher da minha vida, quem me ensinou a ser quem sou e é graças a ela que aqui estou... À Celcina minha amada mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de vivenciar esse momento tão representativo para mim e para os meus. Para chegar aqui foi um longo e difícil caminho, mas cheguei!

Dedico a todos vocês essa vitória.

A minha Mãe, amiga e companheira que sempre esteve presente em todos os momentos.

Aos meus irmãos Verilda, Mara Núbia e Marcelo pelo amor incondicional.

Ao meu Pai que cada dia é mais presente.

A toda minha Família.

A Luís Medicina que como Mestre que é me incentivou a estudar e mostrou-me a importância de acreditar na possibilidade dos sonhos e que jamais podemos desistir de realizar e a toda Família Rocha (em especial a Luíse).

As minhas Amigas Claudisia, Bia, Núbia, Lindalva que juntas vivemos todas as etapas da graduação.

A Thamy pelo companheirismo.

A Val, Ivan, Albany (minha eterna conselheira), Godinho (amigo e terapeuta), Helení (que não permitiu que desistisse), Mariana (minha querida supervisora e amiga), Fá e Zé pela amizade de sempre.

A meu querido Adolfo que minimizou a agonia do período da construção desse trabalho com seu cuidado e amor.

A todas as pessoas que tive a oportunidade de conhecer, conviver e partilhar momentos importantes nesse período.

As minhas clientes que se tornaram amigas.

As (os) colegas de turma que apesar das diferenças soubemos conviver e respeitar uns aos outros.

Aos Professores pela troca mútua de experiências

.A UFRB (CAHL) e a comunidade Cachoeirana pela acolhida.

A Banca avaliadora pelas contribuições para o enriquecimento do meu trabalho.

Aos velhos e aos novos amigos que conquistei. Muito Obrigada!

“É imprescindível pensar uma formação profissional consistente sobre matrizes teórico metodológicas que apreendam a lógica de constituição da vida social, acompanhamento do movimento histórico que permita compreender as expressões da questão social que incidem no cotidiano profissional e definição de políticas de pesquisa e estágio que permitam orientar a produção acadêmica e o ensino da prática.” (IAMAMOTO, 1998)

RESUMO

A pesquisa se propôs a refletir, a partir do Estágio Curricular Obrigatório, sobre a vivência do estágio: Impactos da precarização do trabalho na formação profissional dos futuros assistentes sociais da UFRB em Cachoeira-Ba. A opção por esse recorte deu-se em virtude de compreender as dificuldades encontradas no processo de estágio em que a turma 2011.2 enfrentou para consolidar as vagas, se manterem no campo e concluírem o estágio obrigatório, entendendo o contexto de precarização do trabalho em que os supervisores acadêmicos e supervisores de campo se encontravam. Considerando o estágio como o momento em que se vivencia a experiência prática da profissão, espaço lócus para articulação da formação profissional e exercício profissional e construção das mediações dos conhecimentos, teórico – metodológico, técnico – operativo e ético- político da profissão. Buscou-se para fundamentar a pesquisa recuperar a contextualização dos rebatimentos da precarização do trabalho no âmbito geral e também na perspectiva dos assistentes sociais e as atuais condições do estágio supervisionado na formação profissional do serviço social na UFRB. Entre os objetos da investigação, destacam-se: a) qualidade dos processos de estágios, b) processo de precarização das condições de trabalho dos supervisores acadêmicos e dos supervisores de campo nos espaços sócio- ocupacionais. Dessa forma, pode-se entender que tais resultados refletem a necessidade de indagar sobre quais impactos que a precarização do trabalho repercute no processo de formação do futuro profissional.

Palavras chaves: Trabalho, Precarização do trabalho, Estágio Supervisionado e formação profissional.

Abstract

The research aims to reflect, from the Stage Curriculum Required on the stage experience: precariousness Impacts of work in training of future social workers UFRB in Cachoeira-Ba. The choice of this cut took place due to understand the difficulties encountered in stage process in which the class 2011.2 faced to consolidate positions, remain in the field and complete the required training, understanding the precariousness of the work context in which academic supervisors and field supervisors were. Considering the stage as the moment they experience the practical experience of the profession, locus space for joint training and professional practice and construction of mediations of knowledge, theoretical - methodological, technical - operational and political profession ethico. He sought to support the search to recover the context of labor precariousness of reverberations in the general framework and also from the perspective of social workers and the current stage of the conditions supervised the training of social service in UFRB. Among the objects of research are: a) quality of traineeships processes, b) precariousness process of working conditions of academic supervisors and field supervisors in occupational social-spaces. Thus, one can understand that these results reflect the need to inquire about what impact that job insecurity affects the formation of the future professional process.

Key words: Work, Precarious work, supervised training and vocational training.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BM - Banco Mundial

CAHL- Centro de Artes, Humanidades e Letras

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CONAC- Conselho Acadêmico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

EAD – Educação a Distância

FMI- Fundo Monetário Internacional

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PUC- Pontifícia Universidade Católica

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. CAPÍTULO I - A precarização do trabalho e o exercício profissional do assistente social	16
2.1. As transformações no mundo do trabalho	16
2.2. A Reestruturação produtiva e o exercício profissional do Assistente Social .	20
3. CAPÍTULO II - Formação profissional e Serviço Social	24
3.1. O processo de formação profissional do assistente social	24
3.2. A supervisão de estágio enquanto lugar de reflexão da formação e prática profissional	27
4. CAPÍTULO III - Formação profissional e Estágio em Cachoeira-Ba.	34
4.1. O serviço social na UFRB.	34
4.1.1. Do campus ao campo	36
4.2. Perfil dos discentes pesquisados	38
4.2.1. Perfil das Supervisoras de Campo	39
4.3. Percepções dos estagiários acerca da relação trabalho X formação profissional na UFRB.....	42
4.3.1. A relação teoria e prática no processo de estágio.....	42
4.3.2. Sobre as condições estruturais, técnicas e éticas dos campos de estágios	43
4.3.3. Visão sobre o estágio	44
4.3.4. Acerca dos fundamentos teórico – metodológico, ético – político e técnico - operativo para subsidiar o estágio.	45
4.3.5. Sobre a supervisão acadêmica	47
4.3.6. Sobre a autonomia relativa do profissional	48
4.3.7. Quanto o entendimento por precarização do trabalho e se perceberam essa precarização na formação acadêmica e na vivência do estágio.....	49
5. Considerações finais	51
6. Referencias	52
7. Apêndices	55

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho debate a vivência do estágio, tomando como base os Impactos da precarização do trabalho do assistente social e os impactos na formação profissional dos futuros assistentes sociais da UFRB em Cachoeira-Ba. Para tanto, as condições de trabalho dos assistentes sociais, marcado por um contexto de precarização, desregulamentação e flexibilização do trabalho, características estas do modelo neoliberal presente em nossa sociedade, são fundamentais para compreendermos como este labor precizado impacta na formação. A apreciação é construída no espaço local, situada na realidade do Recôncavo baiano, com recorte no município de cachoeira levando em consideração dados de pesquisa nacional sobre o tema em debate.

A análise do impacto das transformações no mundo do trabalho no âmbito do trabalho do assistente social agrega um complexo de determinações e mediações essenciais para elucidar seu significado no processo de produção e reprodução das relações sociais, configurado “enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado” (Iamamoto, 2007). O mundo do trabalho está na centralidade da vida social, o trabalho como condição de existência do homem em todas as formas de sociedade é objetivação constitutiva do ser social. Nas palavras de Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças ao seu próprio domínio (MARX, 1988, p.142).

Para começar a discorrer sobre o que é trabalho vamos utilizar de uma questão norteadora, que me instigou em todo o processo de concepção do objeto do presente trabalho: O que difere o homem de outro animal? Já que na maioria das vezes as necessidades físicas e biológicas (comer, beber, respirar, procriar...) são praticamente as mesmas? A partir disso em que consiste a diferença do ser humano (animal racional) e outro animal (irracional)? A diferença está na capacidade de

pensar, pois, o homem através da sua capacidade teleológica é que interfere na natureza ao ponto de transformá-la para suprir suas necessidades, tanto as necessidades imediatas como as mediatas, dessa forma quando o homem atua na modificação da natureza ele também se modifica. Pois é por meio dessa capacidade de pensar/ idear que o homem se faz diferente do animal, o homem então através de sua necessidade usa seu trabalho para se satisfizer: o trabalho então é a mediação entre o homem e a natureza.

O Trabalho para Marx pode ser assim entendido:

É um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ao atuar sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1867, p.297)

Para Marx no trabalho esta comprometida a relação crucial que se dá entre o homem e a natureza, podendo assim dizer que ai está à ontologia de Marx. Foi através do trabalho que houve uma mudança tanto na estrutura física quanto no desenvolvimento do intelecto do homem, com isso o trabalho é a categoria fundante do ser social, pois ele se desenvolve a partir da consciência e da necessidade de estar em convívio com outros e assim viver em sociedade. É nesse processo de viver em sociedade que os homens passam a produzir, a produção consiste em uma atividade do ser social, que produz e reproduz os meios de vida e também de produção, e assim os homens vinculam-se uns aos outros como uma forma de relação mútua para realizarem a produção.

A produção coletiva/social é por sua vez, essencialmente histórica, pois não é apenas a produção de objetos materiais, é também a relação que ocorre entre pessoas, formando dessa maneira classes sociais que se configuram em categorias econômicas. Através das formas mais elevadas de produção configurou-se à divisão da população em diversas e antagônicas classes sociais, uma classe dominante e a outra que é a classe oprimida/dominada. Dessa maneira concentrando a riqueza para poucos, conseqüentemente os interesses das classes dominantes prevaleciam.

Na sociedade capitalista o processo de produção passou a ser a exploração da força de trabalho, onde o homem vende sua força de trabalho para o capitalista

tendo uma falsa ideia de liberdade e muitas vezes não notando que estão sendo explorados, o homem vive em uma condição de subordinação e alienação, tendo em vista que nesse modo de produção tudo passa a ser mercadoria, até mesmo a força de trabalho do homem que pode ser comprada e utilizada pelo mercado, o trabalhador vende sua força de trabalho mas não a seu preço e sim ao preço que o seu empregador quer pagar. Contudo, Marx constata: “A riqueza das sociedades onde se rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. (MARX, 1989, p. 41)”.

A profissão do serviço social está engendrada na grande contradição capital/trabalho, ou seja, inserida no modo de produção capitalista e sofrendo todas as mazelas impostas por este sistema, que foi intensificada na década de 1970 com as crises vivenciadas neste período, principalmente as que atingiam o sistema produtivo devido o esgotamento dos modelos de produção até então vigentes (taylorismo/fordismo) e a inserção de um novo modelo de reestruturação produtiva do capital baseado no modelo japonês (o toyotismo) onde primava a flexibilização no processo de trabalho bem como acumulação do capital. Esse novo contexto vai causar mudanças significativas no mundo do trabalho e conseqüentemente na vida dos trabalhadores que estão ou não inseridos no mercado de trabalho. Considerando, então, a contradição das relações sociais de produção capitalistas, principalmente a partir das mudanças promovidas pelo processo de reestruturação produtiva, e posterior implementação do modelo neoliberal, resultando na precarização das condições de trabalho (ANTUNES, 1995).

Assim, para discorrermos acerca dos impactos da precarização no trabalho do assistente social na formação profissional, faz-se necessário abordar a categoria trabalho em Marx e avançar no diálogo com autores como Antunes, Yamamoto, Netto, Lessa e outros que ao longo do texto serão introduzidos.

A pesquisa parte de uma inquietação durante a vida acadêmica e, mais precisamente em relação ao campo de estágio, tendo como pressuposto inicial se a condição precarizada de trabalho do supervisor de campo influencia diretamente na formação profissional do discente de serviço social, entendendo que este é o

momento da interlocução entre teoria e a prática através da sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais.

A aproximação com o objeto se deu no processo de estágio supervisionado I e II dos discentes do curso de Serviço Social, onde se pode fazer uma análise conjuntural do processo de consolidação do campo e da vaga, execução e conclusão dos estágios da turma 2011.2, percebendo as dificuldades que assolam o fazer profissional dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais em que os estagiários estavam inseridos. O ponto de partida para a escolha do objeto se deu na troca de informações com os demais colegas da turma, e por perceber que a realidade da precarização do trabalho se fazia presente em diversos campos de estágios.

O presente estudo situa o processo de formação profissional, com objetivo de analisar em que a vivência de estágio contribuiu para a formação do futuro profissional, observando as relações de trabalho e os espaços sócio ocupacionais, em que os estagiários estavam inseridos, para compreender como se processa as fases de consolidação do campo e da vaga, na permanência e na conclusão do estágio.

Nesse sentido, buscou-se para fundamentar o estudo em questão recuperar a contextualização dos rebatimentos da precarização do trabalho no âmbito geral e trazendo um recorte para o debate sobre a formação profissional e atuais condições do estágio supervisionado no curso de Serviço Social na UFRB. Em termos metodológicos, a pesquisa qualitativa partiu das experiências e percepções dos discentes que são objeto de estudo. Cabe observar que o interesse do estudo é a compreensão do processo de formação profissional, partindo das experiências vivenciadas pelos discentes no campo de estágio.

Com base nesta fundamentação, o trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo discutiremos sobre a precarização do trabalho e o exercício profissional do assistente social, abordando as transformações no mundo do trabalho e seus impactos nas diversas profissões, enfatizando algumas

implicações do impacto dessas transformações na formação dos profissionais do Serviço Social.

No segundo capítulo analisaremos a “Formação profissional e Serviço Social” iremos abordar as reflexões acerca da formação profissional do serviço social e a afirmação de seu projeto ético-político, buscando entender seus dilemas e desafios diante do profundo processo de mercantilização que a educação brasileira vem sofrendo no cenário contemporâneo.

Enfim, o terceiro capítulo “Formação profissional e Estágio em Cachoeira-Ba”, refere-se sobre a problematização da análise sobre a formação acadêmica na UFRB e a experiência do estágio obrigatório em serviço social, buscando conhecer através da ótica dos discentes como a precarização do trabalho se apresentam na formação profissional dos futuros assistentes sociais na UFRB, abordando a vivência na academia e também no campo de estágio.

Dessa maneira o estudo tem por objetivo indagar as questões relevantes sobre os desafios vivenciados pelos discentes no processo de formação profissional e na vivência do estágio e sob esse ponto de vista o estudo foi resultado do trabalho de análise e interpretação dos dados coletados, a partir de uma fundamentação teórica e metodológica cuidadosa, tendo em vista que o estudo poderá contribuir para demais pesquisas sobre o mesmo tema.

2. CAPÍTULO I – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.

As transformações no mundo do trabalho e seus impactos nos diversos campos profissionais têm constituído pauta central do debate contemporâneo. A reestruturação do capital mundializado, que no Brasil intensificou-se nas últimas décadas do século XX, provocou mudanças qualitativas na organização e na gestão da força de trabalho e na relação de classes, interferindo fortemente nos trabalhos profissionais das diversas categorias, suas áreas de intervenção e seus suportes de conhecimento e de implementação, conforme José Paulo Netto (1996). Assim, pretende-se, neste estudo, analisar algumas implicações do impacto dessas transformações na formação dos profissionais do Serviço Social.

2.1. As transformações no mundo do trabalho.

No processo histórico de acumulação capitalista destacam-se alguns pontos importantes, os quais evidenciam as profundas transformações no mundo do trabalho e na organização do modo de produção.

Inicialmente merece destaque, no processo histórico das transformações no mundo do trabalho, a Revolução Industrial, que demarcou a era moderna, com a transição da economia agrária para a industrialização.

A Revolução Industrial desencadeou mudanças significativas no processo de trabalho, passando-se da cooperação, do modo de produção artesanal à manufatura e à industrialização com a produção em ampla escala. Isso devido ao fato de que o setor agrícola, especialmente o da Inglaterra, berço da Revolução Industrial, tinha suas atividades predominantemente dirigidos ao mercado (NEGRI, p.34, 2011).

Com o surgimento das fábricas, ou seja, da sociedade industrial, entre 1770 e 1830, além de uma enorme exploração da força de trabalho especialmente a infantil e a feminina, iniciou-se o processo de racionalização do trabalho, determinando que o trabalho humano recebesse tratamento diferenciado na sua forma de pagamento e na organização do processo de produção (HOBBSAWM, 1977).

Esse novo modelo de produção, pautado na produção em massa e na acumulação desenfreada de capital, propiciou transformações no mundo do

trabalho, pautadas, em especial, na exploração da força de trabalho humano, sempre buscando baratear os custos de produção e para isto pagando baixos salários e tendo como resultado o aumento da força de trabalho, criando um exército de reserva para a indústria¹.

A Revolução Industrial ocorre com a passagem da economia agrária para a industrialização. A relação de satisfação que inicialmente dava-se ao passo que o ser humano transformava a natureza, não é mais vista quando o mesmo passa a ter sua força de trabalho explorada, vivendo num processo de subordinação e alienação. A partir da leitura de Marx no que diz respeito ao trabalho no sistema capitalista, Antunes trata do sentido da negação da humanidade do trabalho para o homem neste modo de produção:

[...] sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega [...]. Desse modo, a alienação, como expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro, apresenta-se como abstração da natureza específica pessoal do ser social que atua como homem que se perde de si mesmo, desumanizado (ANTUNES, 2005, p. 70-71).

A Revolução Industrial trouxe mudanças significativas no processo de trabalho, passando-se da cooperação, do modo de produção artesanal à manufatura e à industrialização com a produção em ampla escala. A força de trabalho humana é mercadoria e passa a ser comprada e utilizada nos ditames do mercado que anseia pelo lucro. Nesse modo de produção o trabalhador tem uma falsa ideia de liberdade enquanto dono de sua força de trabalho, que a torna mercadoria para vendê-la, não a seu preço, mas ao que quer pagar seu empregador. Neste momento de transição do trabalho manual para o industrial, houve uma expansão do trabalho assalariado, que favoreceu o crescimento do mercado informal e a diminuição da garantia de direitos trabalhistas. Sob essas condições, Antunes (2005) alega que a sociedade de trabalhadores engendrou a classe de trabalhadores assalariada, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, não tendo alternativa de sobrevivência senão vender sua força de trabalho sob a forma de assalariamento.

¹ Segundo Marx, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (NOGUEIRA, C. 2006, p. 166).

Outro momento marcante no processo de mudanças no mundo trabalho é o surgimento do Fordismo e Taylorismo. Fordismo foi um sistema de produção, criado pelo empresário norte-americano Henry Ford, cuja principal característica é a fabricação em massa. Para Harvey:

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros (HARVEY, 2003, p. 121)

Nos termos de Harvey (2003), o processo de implantação desse modelo de produção não foi simples, e não se limitou meramente à produção em si, Henry Ford apostava em novas tecnologias de produção, mas para além, tinha como objetivo implantar um novo sistema de reprodução da força de trabalho. Desta forma, dentro deste sistema de produção, uma esteira rolante conduzia a produto, no caso da Ford os automóveis, e cada funcionário executava uma pequena etapa. Logo, os funcionários não precisavam sair do seu local de trabalho, resultando numa maior velocidade de produção.

Também não era necessária utilização de mão-de-obra muito capacitada, pois cada trabalhador executava apenas uma pequena tarefa dentro de sua etapa de produção Taylorismo que também foi conhecido como Administração Científica é um sistema de organização industrial criado pelo engenheiro mecânico e economista norte-americano Frederick Winslow Taylor, no final do século XIX. A principal característica deste sistema é a organização e divisão de tarefas dentro de uma empresa com o objetivo de obter o máximo de rendimento e eficiência com o mínimo de tempo e atividade. Os princípios para acumulação e reprodução do capital eram: produção em escala, linha de produção, divisão do trabalho, disciplina e racionalização do processo de trabalho, organização hierárquica, produção e consumo em massa, controle e organização do trabalho por tarefas, repetição, fragmentação do processo, redução do tempo na linha de montagem.

Um fator histórico que merece ser apontado aparece a partir da década de 1970, com a ampliação da mundialização do capital, a denominada “acumulação flexível”, pelo modelo Toyotista, a qual segue até os dias atuais. Toyotismo é um sistema de organização voltado para a produção de mercadorias. Criado no Japão,

após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, o sistema foi aplicado na fábrica da Toyota (origem do nome do sistema).

O Toyotismo espalhou-se a partir da década de 1960 por várias regiões do mundo e até hoje é aplicado em muitas empresas. Suas principais características são; Mão-de-obra multifuncional e bem qualificada. Sistema flexível de mecanização, voltado para a produção somente do necessário, evitando ao máximo o excedente. Uso de controle visual em todas as etapas de produção como forma de acompanhar e controlar o processo produtivo. Implantação do sistema de qualidade total em todas as etapas de produção. Além da alta qualidade dos produtos, buscase evitar ao máximo o desperdício de matérias-primas e tempo. Aplicação do sistema Just in Time, ou seja, produzir somente o necessário, no tempo necessário e na quantidade necessária. Uso de pesquisas de mercado para adaptar os produtos às exigências dos clientes.

Conforme Antunes (2006, p. 24) “Novos processos de trabalho emergem, em que o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de [...] produtividade [...]” A crise instituída no modelo fordista/taylorista no período de 1965 a 1973 desencadeou esse novo modelo de produção, constituído de mudanças no mundo do trabalho, mas também na transformação da política, da cultura, enfim do modo de viver da sociedade em geral.

Estas transformações colocam o trabalhador numa situação contraditória, pois anteriormente ele era parte fundamental para o trabalho, hoje as máquinas lhe substituem. Pois bem, quanto mais os instrumentos de trabalho são qualificados pelo avanço tecnológico, mais o trabalhador fica em segundo plano, restando-lhe apenas competir com os outros para garantir um lugar no mercado. O capitalismo transformou a vida cotidiana em mera luta pela riqueza. Os indivíduos passaram a considerar todos os outros como adversários e a sociedade se converteu na arena em que essa luta se desenvolve. As relações econômicas de mercado são expressões nítidas dessa nova relação entre os indivíduos e a totalidade social. Todos são inimigos de todos [...] (LESSA, 2008 p. 81). Com tudo isso, o mercado de trabalho torna-se exigente demais para com aquele que nele pretende permanecer.

Neste contexto o trabalhador vive uma constante tensão para dar conta de acompanhar o acelerado processo de inovações tecnológicas e conseqüentemente de exigências. Dele é exigido maior qualificação sem, no entanto, lhe garantir um trabalho com direitos assegurados. Constantemente trabalhadores estão sendo expostos a condições de informalidade o que significa situações precárias, parciais e temporárias. Por ANTUNES (2000) isso é chamado de desproletarização e superproletarização da classe trabalhadora. Portanto, as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho atingem diretamente a todos os trabalhadores, sejam transformadores da natureza ou prestadores de serviços no sistema capitalista de produção.

O Serviço Social, profissão que surge com o advento do capitalismo e inserida na divisão sócio técnica do trabalho, também vem sofrendo impactos com as mudanças advindas do mundo do trabalho, que será abordado no tópico a seguir.

2.2. A reestruturação produtiva e o exercício profissional do Assistente Social.

A mundialização do capital estabeleceu um novo complexo de reestruturação produtiva que atingiu a objetividade e a subjetividade do mundo do trabalho. A reestruturação produtiva, que tem início nos primeiros anos da década de 1980, é denominada por Alves (2000) como um toyotismo restrito. Em meio a reestruturação produtiva a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Estas mutações criaram uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes, etc (ANTUNES, 2008)

As considerações precedentes indicam que o processo de reestruturação produtiva é um fenômeno que transcende a categoria de novas formas de organização do trabalho, uma reordenação das forças produtivas, dos padrões de concorrência e dos próprios estados nacionais. Com o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais desenvolvidas nesse processo traz a tona novas necessidades sociais e novos impasses, pela disparidade que ocorre entre o a

classe dominante e a classe dominada, a partir desse contexto a sociedade vê a necessidade de profissionais especializados para atuar como um mediador para atender as demandas que há pela desigualdade que acontece entre a classe dominante e a classe dominada.

É neste contexto que ocorre a inserção do Serviço Social no mundo do trabalho, na divisão social e técnica do trabalho, sendo parte da classe trabalhadora, sendo então uma profissão socialmente necessária. Assim, a atuação profissional “[...] responde tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pela mediação do seu oposto [...]” (IAMAMOTO 2005, p.75)

O Serviço Social está diretamente vinculado às demandas construídas nas contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista em sua fase monopolista. O enfrentamento das expressões da questão social² é assumido pelo Estado, como resposta à necessidade de controle da força de trabalho e de legitimação da instância estatal como força garantidora da expansão do modelo de reprodução, no período histórico de trânsito para a fase monopolista do capitalismo em seu estágio maduro (Netto, 2006b).

É no trabalho improdutivo que se enquadra a categoria profissional dos assistentes sociais, pois não gera mais-valia, não cria diretamente o valor para o capital, isto é, sem valor de troca.

A classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, banco, comércio, turismo, serviços públicos etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não criam diretamente valor (ANTUNES, 2003, p. 102).

O mercado de trabalho do serviço social determina a sobrevivência através do trabalho assalariado, ou seja, “são despossuídos dos meios de produção, não tendo

² Usa-se a expressão questão social para expressar o conjunto das expressões políticas, sociais e econômicas vinculadas ao conflito entre o capital e o trabalho, impostos pelo surgimento da classe operária e seu ingresso no cenário político no curso da constituição da sociedade capitalista (Netto, 2006b, p. 17).

alternativas de sobrevivência senão vender sua força de trabalho sob a forma de assalariamento” (ANTUNES, 2002, p. 109).

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros.

As diferentes dimensões do processo de precarização o trabalho do assistente social no contexto das transformações e redefinições do trabalho na contemporaneidade, e as novas configurações e demandas que se expressam nos espaços sócio-ocupacionais, bem como a violação de direitos a que também é submetido o profissional na condição de trabalhador assalariado.

Conforme Iamamoto (2007), a condição assalariada de inserção profissional no efetivo exercício, mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista.

A condição assalariada do exercício profissional pressupõe a mediação do mercado de trabalho. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidas no âmbito do trabalho coletivo.

Apreender a particularidade histórica da profissão e de sua prática social exige investigar e examinar o complexo processo e o movimento que caracterizam as singularidades do efetivo exercício da profissão e suas mediações no âmbito dos processos e relações de trabalho inserido na divisão social do trabalho.

O Serviço Social está diretamente vinculado às demandas construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista em sua fase monopolista (NETO, 2006).

Os impactos da forma de produção e reprodução no sistema capitalista interferem diretamente na formação profissional do assistente social, mesmo que dentro da categoria exista um projeto hegemônico de tomada de posição e que na contra-mão do status quo, vem tomando posições importantes na sociedade, inclusive através de suas entidades representativas como a ABEPSS e o Conjunto CFESS/CRESS.

No próximo capítulo iremos nos deter as reflexões acerca da formação profissional do serviço social, buscando entender seus dilemas e desafios no cenário contemporâneo.

3. CAPÍTULO II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo iremos abordar aspectos referentes a formação profissional em Serviço Social e a afirmação de seu projeto ético-político na cena contemporânea, diante do profundo processo de mercantilização que a educação brasileira vem sofrendo, particularmente a partir da década de 1990, que resultou, e ainda continua, por um lado, em uma grande expansão de instituições privadas, e todas as suas consequências, e por outro, em uma avassaladora precarização do ensino público³.

3.1. O processo de formação profissional do assistente social no Brasil.

O Serviço Social surge no Brasil a partir das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, ou seja, expressões da *questão social*⁴, em meados da década de 1930. Em 1936 foi criada a primeira escola de Serviço Social do Brasil em São Paulo, cabendo destacar que o surgimento do Serviço Social no Brasil está vinculado à Igreja Católica e fundamentado na Doutrina Social da Igreja, como extensão da Ação Católica, vinculado a um projeto de re-cristianização da sociedade através de seu apostolado laico, articulada a sua vinculação à classe dominante o caráter conservador que revestiu hegemonicamente a profissão até as décadas de 1970 /1980. Segundo Silva (2008):

São inegáveis os vínculos conservadores da profissão desde a sua origem, marcada pelo capitalismo na era dos monopólios e pela agudização da questão social reconhecida, no caso brasileiro, pelo modelo urbano-industrial, claramente assumido no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e pela tendência crescente da Igreja Católica - nessa mesma época - em 're-cristianizar' a sociedade apoiando-se na modernização das ações leigas (SILVA, 2008, p. 2).

Somente a partir da década de 1970 que alguns segmentos da profissão retomam o debate acerca da dimensão política da profissão, apontando para o

³ Iamamoto (2008) apresenta uma reflexão sobre o significado deste processo para a formação profissional em Serviço Social, o que coloca alguns desafios para o conjunto da categoria profissional na direção de defesa do projeto ético-político, construído ao longo das décadas de 1980 e 1990.

⁴ Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. IAMAMOTO, 1996, p.

rompimento da suposta neutralidade da profissão e estabelecendo a necessidade de um posicionamento político.

O aprofundamento dessa ordem societária (necessariamente contraditória), marcada pela modernização conservadora do país ao longo das décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX, impôs à profissão uma revisão do 'Serviço Social tradicional', manifestada no chamado 'processo de reconceituação', que, com todos os seus limites, teve o mérito de recolocar questões centrais para o Serviço Social: a formação profissional (nos seus aspectos teóricos, metodológicos, técnico-instrumental e interventivo), a interlocução com outras áreas do conhecimento, a importância da pesquisa e da produção de conhecimentos no âmbito da profissão, entre outros aspectos. Esse rico contexto permitiu um debate mais intenso sobre as diferentes orientações teóricas na profissão (para além da Doutrina Social da Igreja), desencadeando uma interlocução com matrizes do conhecimento presentes nas Ciências Sociais. (SILVA, 2008, p. 2-3)

Neste momento, observa-se a aproximação da teoria social de Marx, é neste período que a discussão acerca da formação profissional passa a ser objeto de amplo debate no interior da profissão, já que era a formação profissional que atenderia a necessidade dos novos pressupostos colocados em questão. Assim, iniciou-se nacionalmente um amplo debate coordenado pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) que culminou no currículo mínimo de 1979, associado ao avanço do primeiro doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo em 1981.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, Isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2005).

A defesa de uma formação profissional de qualidade vem sendo preocupação central dos debates do Serviço Social desde os anos 1980, quando a revisão curricular de 1982 e o Código de Ética de 1986 expressam históricos passos no caminho da ruptura com o conservadorismo na profissão. No entanto, a partir dos anos de 1980, com a minimização do papel do Estado, há o aumento da desigualdade social e a necessidade de se redefinir o projeto de formação da profissão, ressaltando as novas demandas colocadas pela nova configuração social, sendo este cenário observado na atualidade.

Para discorrer sobre a historicidade da formação profissional do serviço social faz-se necessário falar sobre o quanto a educação no Brasil sofreu mudanças no processo de redemocratização. Segundo Netto (2004), a reforma do Estado brasileiro era absolutamente inquestionável, já que, o Estado herdado da ditadura era um Estado imprestável no marco da Constituição de 1988. No entanto, o maior problema está na direção que se causa essa reforma, pois a construção dessa democratização foi pautada pela consolidação ideológica do capital. A Reforma da educação brasileira acontece nos moldes da ideologia neoliberal⁵, com intervenção mínima do Estado, minimização dos direitos sociais e sua conversão ao caráter de serviço. Conforme Pereira:

[...] insere as universidades como atividade não-exclusiva do Estado abre precedentes para a desresponsabilização do Estado frente ao financiamento das instituições públicas, a inserção da lógica mercantil nas universidades públicas e a expansão do ensino superior via setor privado, o que foi concretizado ao longo dos anos 1990 e permanece em consolidação na entrada do século XXI (PEREIRA 2008, p. 155).

O Brasil é desde 1986 o receptor privilegiado dos financiamentos do Banco Mundial para o ensino superior na América latina, os países em desenvolvimento são mercados muito atrativos aos investimentos do capital estrangeiro, dessa forma, a educação brasileira não ficou fora dessas mudanças, e, conseqüentemente, está respalda-se no arcabouço legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-(LDB). Cabendo ressaltar que o setor educacional, especialmente no ensino superior, foi afetado pela expansão da mercantilização, impulsionada no contexto da crise, pelos interesses lucrativos do grande capital e sua necessidade de expandir os mercados. Em relação ao ensino superior, esse desenho que esta na LDB demonstra a explicita incorporação da lógica capitalista da relação custo - benefício.

O processo de adequação do sistema educacional às necessidades de resposta ao capital e sua crise contemporânea se desenrola na contrarreforma do Estado no

⁵ Sobre a ideologia neoliberal no Brasil, ver Brasil em contra – reforma, Behring(2003), na análise do capitalismo contemporâneo e sua relação com o Estado, a economia brasileira nos anos 80 e a contra –reforma do estado iniciada por FHC, um exame sobre a flexibilização nas relações de trabalho, as privatizações e a relação com o capital estrangeiro, além da perda de direitos conquistados ao longo do tempo, como o caso da perda de financiamento com a seguridade social mediante ajuste fiscal.

Brasil na década de 1990, avanços decisivos foram feitos com a reformulação do Código de Ética em 1993 e aprovação das Diretrizes Curriculares em 1996. No mesmo ano de aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 93093 de 20/12/1996). A atual configuração pedagógica da formação profissional é dada pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que desencadeou a transformação dos currículos mínimos dos cursos de graduação em diretrizes gerais pautadas na diversificação da formação e na flexibilização da organização das carreiras, com forte tendência de redução do tempo de duração dos cursos de graduação.

A Lei de Diretrizes a Bases, N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, traz, novas direções ao ensino superior, vinculadas ao contexto de Reforma do Estado e da Educação, modificam a educação superior de uma forma geral. Onde também encontra-se o aparato legal que fundamenta a educação à distância no país. As implicações desta reforma no campo do serviço social são claramente percebidas no crescimento do número de instituições privadas e principalmente de educação à distância que ofertam o curso no Brasil. Segundo Iamamoto (2000):

O processo de regulamentação da LDB expressa a correlação de forças políticas no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade no país, no marco das “políticas de ajuste” de raiz neoliberal, preconizadas pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Propostas estas assumidas pelos últimos governos eleitos no país, ao longo da década passada. Aquela regulamentação cria o suporte normativo necessário para viabilizar a reforma educacional (IAMAMOTO, 2000, p. 35).

3.2. A supervisão de estágio enquanto lugar de reflexão da formação e prática profissional.

A gênese da supervisão de estágio em Serviço Social acompanha a história das condições políticas que envolveram a criação da profissão. A supervisão emergiu como um modo de

[...] treinamento de pessoal (pago ou voluntário), que trabalhava nas organizações de caridade e que devia ser instruído nos princípios e métodos das instituições a que estivesse ligado (ANDER-EGG, 1974, p. 248).

Desenvolveu-se para enfrentar as necessidades de orientação, coordenação, formação e administração, embora seu vínculo maior estivesse ligado à área de trabalho. Após serem fundadas as primeiras escolas de Serviço Social na América do Norte e na Europa, nas primeiras décadas do século XX, essas agências seguiram sendo o principal campo de treinamento para o pessoal. Desde então,

[...] o ensino sistemático que se realizava principalmente por meio da supervisão era feito partindo de situações simples e de outras mais complexas (ANDER-EGG, 1974, p. 248).

O pensamento, até o final da Primeira Guerra Mundial, era de que o estágio se concretizava por um treinamento prático vocacional. A aprendizagem ocorria na ação e no trabalho de campo, sendo significativa a concepção de “aprender fazendo⁶”. Posteriormente, a função de ensino foi incorporada à supervisão por influência das idéias de Mary Richmond (1950) e das teorias de John Dewey (VIEIRA, 1979). Na época, o estágio correspondia a um modo de aprender decorrente da compreensão do quê e como fazer; assim, o supervisor exercia um papel de natureza mais administrativa do que pedagógica.

A partir da segunda década do século XX, a supervisão reflete a influência da psicanálise, visto que o supervisor assumia tarefas de terapeuta em relação aos supervisionados, o que lhe possibilitava trabalhar mais eficientemente em relação aos “casos” a que devia atender (ANDER-EGG, 1974). A célebre obra publicada em 1917, Diagnóstico social, de Mary Richmond (1950), foi um evento significativo por se tratar da primeira sistematização teórica de Serviço Social. O texto indicava metodologias de estudo, diagnóstico e tratamento para atendimento de casos, desencadeando na supervisão o debate relacionado ao plano de tratamento entre supervisor e supervisionado.

Em 1936, com a criação da primeira escola de Serviço Social em São Paulo e início da formação em Serviço Social no Brasil, surgiram as primeiras formulações sobre supervisão, atribuído a Virginia Robinson, na obra *Supervision in social case work*. Este primeiro registro instituiu o pensamento do olhar “sobre”, de controle, de treino, ou seja, a probabilidade de ensinar o fazer, não mais de aprender a fazer.

⁶ Aparece de forma contundente no cenário educacional com o pensamento pedagógico da escola nova, que, guardadas suas proporções, integra a formação em Serviço Social constituindo a própria história da supervisão: “[...] inicia-se uma nova era para a supervisão: o supervisor como orientador da metodologia. [...] — sentia-se a influência de John Dewey: aprender-fazendo [...]” (VIEIRA, 1979, p. 29). Tal dimensão fazia o contraponto do ideário da época, de romper com a ótica do Serviço Social na perspectiva da ajuda social.

Encontra-se como conceito “[...] o processo educacional pelo qual uma pessoa possuidora de conhecimentos e experiência prática toma a responsabilidade de treinar outra, possuidora de menos recursos técnicos” (apud WILLIAMSON, 1967, p. 31).

No final da década de 1940, pelos registros do 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, de 1949, sentiu-se a necessidade da supervisão. Na oportunidade, Nadir Kfoury afirmava “[...] atualmente percebe-se que a preocupação maior, para bom número de escolas, reside em organizar os estágios nas obras e a supervisão [...]” (apud AGUIAR, 1982, p. 33). Tal exigência estava demarcada pela criação e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, cuja criação incidiu no bojo do aprofundamento do modelo corporativista do Estado e do desenvolvimento de uma política econômica favorecedora da industrialização adotada a partir de 1930. Ampliou-se o mercado de trabalho para a profissão, permitindo ao Serviço Social romper “[...] com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade institucionalizada [...]” (SILVA, 1995, p. 25).

Durante as décadas de 1950 e 1960 foi forte a influência da área pedagógica⁷ na supervisão de estágio em Serviço Social. Essa extensão está relacionada aos estudos do Council of Social Work Education e ao relatório de Hollis e Taylor sobre currículo, os quais contribuíram decisivamente para a modificação na educação do Serviço Social (VIEIRA, 1979). A supervisão, tendo como solo a formação profissional, recebia influência das práticas educativas vigentes, que, por sua vez, ao serem um fenômeno social e universal, tornavam-se necessárias no processo de supervisão.

A partir da década de 1970 começou a se delinear o pensamento marxista no contexto do Serviço Social brasileiro, com o desenvolvimento do processo de renovação da profissão, na percepção de uma clara “[...] intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional” (NETTO, 1994, p. 159). Merece destaque a experiência

⁷ O período compreendido entre 1960 e 1968 foi marcado pela crise da Pedagogia Nova e pela articulação da tendência tecnicista, assumida pelo grupo militar e tecnocrata. O pressuposto que embasou essa pedagogia foi à neutralidade científica, inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade (VEIGA, 1995).

de Belo Horizonte, ou Método BH⁸, por intermédio da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que se constituiu na mais expressiva proposta crítica elaborada na época no Brasil. Infere-se que a íntima ligação da supervisão de estágio com essa experiência abastecida pelo método dialético-crítico foi uma exceção, pois apresentava outra visão que não aquela cujos parâmetros sustentavam a supervisão e a profissão: “[...] pelo viés desenvolvimentista modernizante [...] compatível à renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial [...]” (NETTO, 2005, p. 81).

Destaca-se também que até a década de 1980 a supervisão ficava por conta do profissional do campo de estágio, atribuindo-se a ele o “ensino da prática”. As bibliografias de âmbito latino-americano, como a dos autores argentinos, nesse período fizeram parte do percurso histórico da formação profissional brasileira, embora não exercessem influência na produção sobre supervisão de estágio no Brasil.

A aplicação da técnica dissociada da intencionalidade e da fundamentação teórica é muito mais do que uma ilusão; é uma prática equivocada. Os instrumentos servem para dar materialidade, mas apenas a sua operacionalização não é suficiente, é fetiche da prática. Tal crítica referenda a perspectiva que emergiu na década de 1980, que remete a uma “[...] unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática na direção da prestação de serviços sociais [...]” (BARROCO, 2003, p. 205). Nesse período, o Serviço Social afirmou-se como área qualificada de produção de conhecimento, reconhecida pelas agências de fomento à pesquisa. Houve crescimento do acervo acadêmico-profissional, particularmente respaldado nos cursos de mestrado e doutorado. Contudo, a supervisão permaneceu consubstanciada pelas dimensões pedagógica e técnica e, apesar do impulso dado pela pós-graduação e pelo crescimento do mercado editorial, havia reduzida produção sobre supervisão em Serviço Social, fato que compromete o avanço teórico-político e metodológico, pois apenas se reproduzia o já produzido.

Na década de 1990 a supervisão em Serviço Social aparece configurada como componente integrante da formação e do exercício profissional (BURIOLLA, 1994). O estudo sobre a gênese da supervisão demonstrou que, no final do milênio, ela

⁸ Experiência vivida de 1972 a 1975 por um grupo de professores e estudantes tendo como principal valor a aproximação à realidade concreta dos setores sociais mais explorados dessa região: trabalhadores, mineiros e lavradores, habitantes de Minas Gerais

invocava uma concepção vinculada à ideia de estágio, revelando, ainda, uma clara intenção de complementaridade, de unidade entre teoria e realidade, mas, contemporaneamente, atrelada à relação trabalho-educação.

As diretrizes curriculares (1996) expressam a tônica da formação generalista, do Serviço Social como especialização do trabalho e sua prática formulada como “[...] concretização de um processo de trabalho, que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social [...]” (ABEPSS, 2004, p. 378). Influenciou de maneira substantiva a direção do ensino em Serviço Social e, dentre os vários componentes curriculares, o da supervisão de estágio. Destacam-se, dentre outros avanços das diretrizes curriculares (DCs) para o ensino em Serviço Social, a clara direção de oposição à educação mercantilista; a direção do desenvolvimento do conteúdo, pela via das matérias desdobradas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas e outros componentes curriculares; o reconhecimento do caráter de formação processual e não terminal, inferindo que essa formação deve ser continuada; a apresentação de proposta de formação generalista em detrimento da especialista. Além disso, as diretrizes dão ênfase aos três eixos _ ético-político, teórico metodológico e técnico-operativo _, avançando em relação ao currículo de 1982. Estabelecem um patamar comum com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) ao assegurar flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, o que ocorre de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. A visão endógena que acompanhava a supervisão passou a ter a visão de processualidade na formação do assistente social, promovendo modificações que iriam alterar a natureza e o seu escopo. O desenho é de uma outra lógica de organização: o que em décadas passadas se constituía em quatro semestres de supervisão de estágio alterou-se para um período, que hoje é variável nas grades curriculares, entre seis meses a dois anos.

Na obra de Pinto (1997), supervisão e estágio são tratados e discutidos conjuntamente. A supervisão e o estágio, faces de um mesmo processo, mas com atribuições distintas, para serem realmente ensino e aprendizagem, estágio e supervisão, necessitam ser reconhecidos como um conjunto articulado, cujo pilar de sustentação é a dimensão pedagógica, dando ao ensino do Serviço Social o atributo de ser teórico-prático (PINTO, 1997).

Nas DCs (1996), a supervisão é considerada como uma das atividades indispensáveis e integradora do currículo, que deve ser desenvolvida ao longo de sua estrutura e a partir de desdobramentos das suas matérias e de seus componentes. A esse respeito, o projeto oficial sobre a formação, proferido e gestado pela ABEPSS, busca a indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. Pressupõe supervisão sistemática ligada à atividade de estágio, recomendando que a supervisão seja feita por um

[...] professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão e do acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do profissional (1993). (ABEPSS, 1997, p. 71).

O pressuposto central das Diretrizes é a “[...] permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, político, culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível” (ABEPSS, 2004, p. 372). Esse pressuposto está relacionado ao conjunto de conhecimentos indissociáveis que se traduzem pela articulação dos núcleos de fundamentação propostos: núcleo de fundamentos teórico metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 2004).

A articulação dos núcleos é permeada pela supervisão de estágio, uma vez que é considerada como parte da totalidade da formação. Outros elementos importantes a considerar nas Dcs para a análise sobre o processo de supervisão de estágio é o tratamento dispensado à categoria trabalho na formação profissional e a concepção de profissão como especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Isso coloca em relevo “[...] o caráter contraditório do exercício profissional, porquanto realizado no âmbito de interesses e necessidades de classes sociais distintas e antagônicas [...]” (IAMAMOTO, 1998, p. 10).

Na medida em que a formação é problematizada, a dimensão endógena da supervisão vai sendo superada. Da atribuição de treinamento de habilidades, de unidade entre teoria e prática, a supervisão é pensada, intelectualmente, como atividade indissociável do estágio, que, articulada ao projeto profissional, é configurada como lugar de ultrapassagem dos limites do imediatismo e da superficialidade do real. Contextualizar contemporaneamente a supervisão requer

situar o aparato jurídico político e institucional que irá subsidiar o deciframento desse processo na totalidade do projeto profissional. Destacam-se como instrumentos articuladores do processo de supervisão acadêmica e de campo em Serviço Social o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93) e as Diretrizes Curriculares (1996). Na década de 1980, esse tema foi introduzido com a publicação do livro de Yamamoto e Raul de Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*.

A supervisão de estágio, na conjuntura atual acadêmica, busca legitimar a interação entre os sujeitos assistentes sociais de campo, alunos estagiários e supervisor acadêmico, intrinsecamente envolvidos num projeto coletivo e interdisciplinar e que compõem, assim, uma tríade representativa do universo da instituição à qual pertencem. Nessa ótica, a supervisão caracteriza-se como espaço, por excelência, de intermediação entre os centros de formação e as organizações que oferecem campos de aprendizagem, intrinsecamente envolvida como elemento constitutivo e constituinte desse processo.

4. CAPÍTULO III - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO EM CACHOEIRA-BA.

Esse capítulo refere-se a problematização da análise sobre a formação acadêmica na UFRB e a experiência do Estágio obrigatório em serviço social em espaços sócio-ocupacionais na cidade de Cachoeira, realizou-se a categorização e sistematização dos dados, levando em consideração a contextualização teórica para aprofundamento da discussão proposta. Para isso, em consonância com os procedimentos metodológicos, a análise em questão deu-se em dois momentos, inicialmente traçando o perfil dos discentes e supervisores (as) de campo, em seguida com base na categorização das questões formuladas, foram elencadas as seguintes categorias: inserção no campo, supervisão conjunta, relação teoria e prática dentre outras.

4.1 O serviço social na UFRB.

Para tratarmos da formação profissional dos assistentes sociais na UFRB, faz-se necessário contextualizar a história dessa instituição. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi consolidada em 2005 no contexto de reforma da educação do terceiro grau, através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁹, pela Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, com o desmembramento da antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada no município de Cruz das Almas. O modelo implementado foi multicampi, onde foram instalados em diversas cidades do recôncavo baiano como Cruz das Almas (sede da reitoria e encontra-se 2 dos 7 centros), Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira, Santo Amaro e Feira de Santana, configurando-se em sete centros.

⁹ Programa da Política Nacional de Educação, responsável pela expansão da oferta de vagas e/ou criação de novos cursos universitários, além do estabelecimento de novas universidades federais no interior do Brasil.

Cabe destacar que o foco da pesquisa é o curso de Serviço Social¹⁰, que faz parte dos cursos ofertados no município de Cachoeira, onde se localiza um dos campi da UFRB, o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), sendo o primeiro curso de Serviço Social numa instituição pública de ensino superior na Bahia. O curso foi criado em 29 de março de 2007, após 70 anos do marco de existência da profissão no Brasil. Sendo importante destacar que a implementação do curso foi efetivada no ano de 2008, fruto do processo de expansão pelo REUNI.

O curso de graduação em Serviço Social faz parte das Ciências Socialmente Aplicáveis e a titulação é em Bacharel em Serviço Social, a duração do curso na UFRB é de 08 semestres, tendo o seguinte currículo:

Distribuição da Carga Horária Total do Curso por Componentes Curriculares:

- Disciplinas Obrigatórias - 2.142h
- Disciplinas Optativas - 340h
- Estágio Supervisionado - 392h

Em 17 de agosto de 2011 foi aprovada a Resolução N°022/2011 que aprova o regulamento de Estágio Obrigatório do curso de Serviço Social da UFRB, nesse documento apresenta;

Art.8° O estágio supervisionado em Serviço Social será desenvolvido em três componentes curriculares, previstos na estrutura curricular da seguinte forma: Estágio supervisionado I no 5° semestre; Estágio Supervisionado II no 6° semestre e Estágio Supervisionado III no 7° semestre.

Art.9° A carga horária total de estágio é de 392 horas, distribuídas a saber: Estágio Supervisionado I – 136 horas; Estágio Supervisionado II – 120 horas; Estágio Supervisionado III – 136 horas

Sendo posteriormente alterado a partir da Resolução N°043/2012 em 10 de dezembro de 2012.

“Art.8 O estágio supervisionado em Serviço Social será desenvolvido em dois componentes curriculares, previstos na estrutura curricular da seguinte forma: Estágio Supervisionado I no 6° semestre e Estágio Supervisionado II no 7° semestre”.

¹⁰ a criação do curso de Serviço Social vem responder a necessidades históricas da região do Recôncavo da Bahia, sendo de importância fundamental para o Estado, que, dessa forma, acolherá o primeiro curso dessa natureza oferecido por uma instituição pública de ensino superior. Espera-se que a sua instalação oportunize a formação de competência técnica capaz de responder às exigências de execução das políticas sociais urgentes para a população residente na região. (PPC/UFRB, p 08.)

“Art.9° A carga horária total de estágio é de 392 horas, distribuídas a saber: Estágio Supervisionado I – 196 horas; Estágio Supervisionado II – 196 horas”.

A carga horária continuou a mesma, somente houve uma redistribuição das horas já que diminuiu a quantidade de estágios de 3 para 2 componentes curriculares.

- Atividades Complementares - 128h
- Carga Horária Total - 3.002h

A grade curricular do curso de formação do ensino superior em serviço social compreende o fluxograma de disciplinas e suas respectivas ementas, algumas dessas disciplinas serão abordadas na pesquisa, no sentido de problematizar a sua carga horária e a importância para a vivência do estágio.

No que diz respeito ao estágio obrigatório no processo de formação profissional na UFRB, houve mudanças na ementa no que tange as disciplinas que Estágio supervisionado desde a criação do curso e os dias atuais, o que culminou em mudanças significativas no processo de vivenciar a prática profissional, fomentando diversas críticas a serem apresentadas mais adiante, o que deu base para essa pesquisa.

4.1.1 Do campus ao campo.

A pesquisa se propõe a refletir sobre a formação acadêmica e a vivência do estágio obrigatório pela ótica dos discentes que cumpriram seu estágio em instituições municipais, onde o (a) supervisor (a) de campo trabalhava por regime de contrato de trabalho, no município de Cachoeira.

É importante problematizar a realidade do estágio em Serviço social na UFRB, pois a localização do curso em um município de pequeno porte aponta para vários desafios a serem enfrentados pelo colegiado do curso no sentido de possibilitar a abertura, reconhecimento e apropriação dos espaços sócio-ocupacionais, e conseqüentemente, a consolidação dos campos de estágio. Tendo em vista que a política de estágio, no curso de Serviço Social da UFRB, se contextualiza no processo de expansão e interiorização das Universidades Federais,

pode-se ressaltar que tal fato propiciou o ingresso de estudantes advindos de diversos municípios do Nordeste, em sua grande maioria do Estado da Bahia.

A dificuldade para inserir os discentes nos campos de estágios é um dilema que o colegiado vive a cada semestre, pois o número de vagas e campos de estágios em Cachoeira, cidade onde o curso é ofertado, são insuficientes para atender a demanda dos discentes aptos a estarem em campo, já que a cada semestre 50 novos discentes entram no curso. Conforme aponta a Colaboradora 1

“Na minha época de estágio tinha pouquíssimas vagas e tinha muita concorrência para as vagas daqui de Cachoeira”.(Colaboradora 1)

Neste sentido a turma 2011.2 fez uma mobilização¹¹ para pressionar o corpo docente do curso de Serviço Social, chamando atenção para os problemas, buscando mais comprometimento dos mesmos para enfrentar os problemas da falta de campo, da falta de supervisores acadêmicos juntamente com a comissão orientadora de estágio.

A solução encontrada foi buscar novos campos de estágios em municípios circunvizinhos o que acarretou em sérios problemas relacionados a questão da permanência do discente no campo de estágio, pois o mesmo teve que arcar com as despesas com o deslocamento e alimentação e da realização da supervisão conjunta, pois a distância entre as cidades eram de até 110 km do CAHL.

Cabe destacar que as limitações ao trabalho profissional perpassam tanto pela própria universidade que, não possui recursos para o desenvolvimento da supervisão acadêmica nos campos de estágios, pela falta de professores suficientes para a disciplina de estágio supervisionado e a falta de carro disponível para o deslocamento das supervisoras acadêmicas ao campo, quanto, pelos campos de estágios por muitas vezes terem um ambiente de trabalho precarizado, quer seja no vínculo de trabalho fragilizado ou nas condições estruturais da instituição. Os sujeitos inseridos nesse processo se veem desafiados de ir além das condições postas, no que se refere à inserção nos campos e as dificuldades de supervisões verbalizadas pelos discentes, apontam a importância de repensar o estágio supervisionado no curso de Serviço Social da UFRB.

¹¹ Ver fotos em Anexos

É importante salientar que o foco da pesquisa é a vivência do estágio e os impactos da precarização do trabalho na formação profissional dos futuros assistentes sociais da UFRB em Cachoeira-Ba, sob a ótica do discente, por isso optou-se em traçar o perfil dos discentes e dos supervisores (as) de campo por entender os reais problemas vivenciados pelos discentes no processo de estágio obrigatório.

- **Elementos da pesquisa**

Categorias da pesquisa	Quantidade
Discentes	8
Supervisores de campo	5
Campos de estágio	4
Supervisores acadêmicos	2

4.2 Perfil dos discentes pesquisados

Para analisar o perfil dos discentes da turma 2011.2 do curso de Serviço Social, foram utilizadas as seguintes categorias, a saber: nome, idade, sexo, local onde fizeram seus estágios obrigatórios, como se deu o processo de escolha do campo e se houve mudança de campo e supervisor durante o estágio.

- **Nome**

A identidade fora preservada no sentido de proporcionar ao entrevistado segurança, podendo o mesmo tratar de questões emblemáticas sem sofrer alguma punição ou retaliações, assegurando o comprometimento com o sigilo, identificando os entrevistados por colaborador e enumerando os mesmos.

- **Idade**

A idade variou de 22 anos a 47 anos obtendo a média de 27,75 anos

- **Sexo**

A participação nessa pesquisa deu-se hegemonicamente feminina. Tanto no perfil dos discentes pesquisados, como o perfil das assistentes sociais supervisoras

de campo e supervisoras acadêmicas, o que fomenta o debate sobre o perfil¹² dos cursos de Serviço Social possuir o maior percentual feminino.

- **Escolha do local onde fez o estágio obrigatório**

Sobre a escolha do campo de estágio dois condicionantes foram cruciais: a afinidade com a área e a facilidade de deslocamento, visto que os discentes moravam nas cidades de Cachoeira e São Félix e os campos de estágio eram equipamentos nas áreas de Assistência Social e Educação no município de Cachoeira, onde todas entrevistadas iniciaram e concluíram o estágio sem mudança de campo, nem de supervisora de campo. Como as discentes falaram:

“Inicialmente o interesse pelo campo de estágio foi por conta da proximidade com a minha residência.” (Colaboradora 2).

“Por facilidade de deslocamento porque tinha necessidade de permanecer em Cachoeira, porque eu trabalho e não tinha como me deslocar para outra cidade.” (Colaboradora 6).

“Foi por uma facilidade de deslocamento, uma vez que eu morava já na comunidade e trabalhava na instituição, então ficou melhor eu estagiar lá na instituição mesmo”. (Colaboradora 8).

Também foi traçado o perfil da supervisora de campo, visto a relevância das informações dos mesmos, para entender o contexto que o estágio se consolidou. Dessa forma, foram analisadas as seguintes categoria: Nome (respeitando a confidencialidade), Idade, Sexo, Formação acadêmica, Instituição, Ano de conclusão, Tempo de exercício profissional, Tempo de experiência como supervisora de estágio, Área de atuação, Vínculo de trabalho, Carga horária e remuneração.

4.2.1 Perfil das Supervisoras de Campo

Para entender qual o contexto em que o estágio se consolidou foi imprescindível traçar o perfil das supervisoras, tendo em vista a importância das mesmas para o êxito dos processos de estágio, pois este representa uma dimensão pedagógica, reflexiva e crítica, e não somente um fazer instrumental, mas uma relação intensificada entre teoria e prática, desvendando a ideia errônea de que estágio é o lugar da prática e a Universidade o lugar da teoria. O estágio como lócus

¹² Ver Iamamoto(2008:446 e 447) sobre os Cursos com os maiores percentuais de matrículas do sexo feminino em 2003 segundo informações do INEP/MEC.

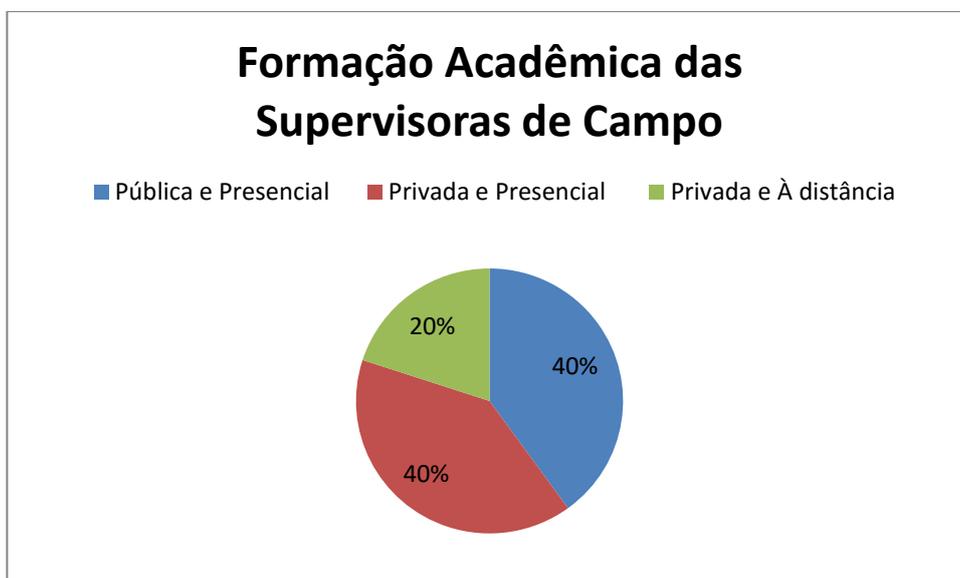
privilegiado para a formação profissional caracteriza uma dimensão de ensino-aprendizagem.

Os nomes das Supervisoras foram preservados a pedido das discentes envolvidas por questões de segurança, pois se trata de uma pesquisa cujas informações apresentadas poderiam comprometer o trabalho e ocasionar um mal-estar entre a supervisora de campo e a gestão municipal, visto que as mesmas trabalham em regime de contrato, apresentando assim uma fragilidade no vínculo empregatício que iremos problematizar mais a frente.

Na categoria idade as colaboradoras não souberam ao certo a idade de suas supervisoras.

- **Formação acadêmica**

Gráfico 01



No que tange a formação acadêmica das supervisoras conforme o gráfico 1, a maior parte delas formaram em IES na modalidade presencial e apenas 20% que corresponde a 1 em modalidade à distância (EAD).

Tempo de exercício profissional e supervisão de estágio

O tempo de **exercício profissional** das cinco supervisoras é em média de 2 a 5 anos, assim que começaram a trabalhar assumiram a função de **supervisora de estágio**, as **áreas de atuação** variaram, 3 trabalhavam em equipamentos da Assistência Social como CRAS¹³ e CREAS¹⁴, 1 na Secretaria de Assistência social e 1 na Secretaria de Educação, o **vínculo de trabalho**¹⁵ de todas as assistentes sociais supervisoras de campo se deu a partir de contrato e por indicação conforme as colaboradora apontam

“Eu nem sei te explicar por que ela era recém-formada, e como também foi a primeira assistente social do município, eu nem sei como se deu esse processo de seleção, acho que foi por apadrinhamento político”. (Colaboradora 3).

“Bom, as duas assistentes sociais que tem lá são contratadas e não são concursadas, contratadas assim, se não foi feito nenhum processo seletivo você subentende que alguém chamou né, então eu não sei dizer diretamente quem chamou, quem indicou, mas com certeza foi indicação porque não existe esse negocio de você não ter feito o processo e ela ter vindo do nada né, alguém conhecia, alguém indicou”. (Colaboradora 4).

“Através de contratação, sem direitos a férias ou 13º”. (Colaboradora 5).

A **Carga horária** variou entre 20h e 30h semanais como estipula a Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, que altera o artigo 5º da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993) e define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial. (CFESS 2010) e sobre a **remuneração**, as entrevistadas não souberam ao certo quanto seria a média salarial de suas supervisoras, porém afirmaram serem muito mal remuneradas;

“O salário era bem baixinho mesmo, mas como ela era recém-formada e tinha interesse em ter experiência, foi bom pra ela.” (Colaboradora 1).

Neste sentido entende-se que ao aceitar essa remuneração baixa ela fomenta a questão da desvalorização da mão de obra, pois à medida que existe uma

¹³ Centro de Referência de Assistência Social.

¹⁴ Centro Especializado de Assistência Social.

¹⁵ É necessário salientar que apesar do setor público ser o maior empregador, o mesmo não se esquivava dos “efeitos deletérios da Reforma do Estado do campo do emprego e da precarização das relações de trabalho” (Iamamoto, 1998, p.123).

grande oferta de profissionais, ou seja, um exército industrial de reserva,¹⁶ e pouca demanda de vagas o contratante paga o salário que quer e o profissional aceita essa condição ou fica sem trabalho, fragmentando a luta de classe, nesse momento os indivíduos passaram a considerar todos os outros como adversários, e a sociedade se converteu na arena em que essa luta se desenvolve.

Como a colaboradora coloca

“O profissional ele se vê assim, tem tanta gente desempregada. Então ele se humilha, ele permanece ali sendo mal tratado, ele permanece sabendo que o direito dele tá violado, mas por causa daquele salário na maioria das vezes ele prefere ficar ali passando por tudo aquilo sem poder fazer nada”. (Colaboradora 3)

É importante também evidenciar o que Druck (2009) denomina de dimensão qualitativa da terceirização, que cria divisão entre os trabalhadores (os de “primeira” e “segunda” categorias), além da fragmentação entre os trabalhadores com diferentes formas de contrato e níveis salariais, muitas vezes na mesma equipe, gerando dificuldades e constrangimentos para o trabalho social e para a luta coletiva.

4.3 Percepções dos estagiários acerca da relação trabalho X formação profissional na UFRB.

Nesse tópico trataremos de questões referentes ao processo de formação profissional na academia e na vivência no campo de estágio, abordando as temáticas com o intuito de perceber como se deu esses processos, e qual foi a relevância para a formação profissional dos futuros assistentes sociais.

4.3.1 A relação teoria e prática no processo de estágio

As colaboradoras apontam que durante a vivência do estágio houve uma interlocução entre a teoria e a prática profissional, evidenciando a importância dessa interlocução.

¹⁶ Para Marx, as modificações no salário pago aos trabalhadores se dão exclusivamente pelas variações do exército industrial de reserva, de acordo com as mudanças dos ciclos industriais. Assim, havendo ampliação salarial, por alguma oscilação na população supérflua, a saída do capital é sempre investir em inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra, e assim reconstituir o exército de reserva (MARX, 2003, p. 742).

“Havia uma unicidade da teoria e da prática.” (Colaboradora 1)

“A relação da teoria e da prática ela tá sempre presente no cotidiano profissional, muitas vezes a gente acaba escutando que a teoria é uma e a pratica é outra, eu sempre digo que a gente tem que se questionar que teoria é essa quando as pessoas falam isso, porque a teoria que vai ancorar a nossa prática no cotidiano profissional e isso vai refletir muito no perfil profissional que você tá desempenhando, que profissional você é”. (Colaboradora 2)

“É extremamente importante para a leitura da realidade, para desvendar aspectos conjunturais que impactam diretamente nas condições de vida das pessoas, para entender os processos que implicam na negação e violação de direitos.” (Colaboradora 5)

Quando perguntado sobre o espaço sócio-ocupacional em que o estágio aconteceu, diversos elementos foram citados pelas colaboradoras como: a precarização dos espaços ocupacionais, no que tange a estrutura física, recursos financeiros e humanos, baixos salários, desvio de função, sobrecarga de trabalho, dentre outros.

4.3.2 Sobre as condições estruturais, técnicas e éticas dos campos de estágios

“A estrutura era muito precária não tinha condições nenhuma de ter um atendimento digamos sigiloso, porque parede fina, muito pequena assim e tudo que a assistente social falava o pessoal da rua ouvia e das outras salas também, então não tinha como garantir o sigilo profissional”. (Colaboradora 1)

“A gente não tinha nem espaço né, uma sala pra ficar com ela e nem como aprender nada, que lá era tudo misturado”. (Colaboradora 3)

“O trabalho profissional ainda era comprometido pela falta de computador com acesso a internet, tendo que usar o da coordenadora, e pela falta de carro para a realização de visitas, sendo que muitas vezes essas foram feitas a pé.” (Colaboradora 5)

“Uma só profissional para sete comunidades rurais, porque a gente sabe que tem varias comunidades de vulnerabilidade social e tudo, eu acho que é pouco profissional pra uma área muito ampla”. (Colaboradora 8)

Essa realidade de precarização das condições de trabalho no cotidiano do trabalhador gera insegurança, bem como, fragilidade nas ações que visem impedir que os serviços institucionais ofertados aos usuários/as se desqualifiquem. Podendo-se afirmar que é nesse contexto, que os profissionais sofrem os rebatimentos das mudanças do mercado de trabalho.

4.3.3 Visão sobre o estágio

O Estágio Supervisionado é o momento de extrema importância para a formação profissional, onde o discente entrará em contato com a prática profissional fazendo uma interlocução da teoria e da prática, contudo é importante salientar que a mudança que houve na disciplina de estágio supervisionado na UFRB, que passou de 3 para 2 componentes curriculares, comprometeu o processo da vivência do estágio de acordo com as colaboradoras

“Eu acho que dois semestres são poucos, a gente precisaria no mínimo de três estágios ou até que a gente tivesse a oportunidade de estagiar em campos distintos pra que a gente pudesse ter uma apreensão mais ampla das dinâmicas porque principalmente acho que a perspectiva dos estágios em três semestres era de que você no primeiro semestre tivesse um semestre de observação, você fosse conhecer o espaço, relacionar esse espaço com a teoria compreender como é que a dinâmica daquele espaço sócio-ocupacional e a partir do segundo estágio você começar o processo de intervenção, e a partir do terceiro em si você já ter uma compreensão mais ampla da realidade você poder fazer críticas, você entender como é que se dá a correlação de forças no ambiente profissional, então eu acho que dois estágios ele é muito pouco, apesar de que eu tenha tido uma vivência quase que de três estágios por conta do espaço de tempo”. (Colaboradora 2)

“Acredito que a nossa profissão na verdade ela é uma profissão interventiva, ela precisa na verdade acho que no mínimo uns quatro semestres de estágio porque a gente trabalha com as pessoas né, com a realidade e a realidade ela é muito dinâmica e outra coisa eu acho que a nossa formação também dentro da universidade pelo menos eu falo a da UFRB é muito voltada para as teorias”. (Colaboradora 4)

“O meu estágio não foi suficiente, eu acho que 2 semestres de estágios não é o suficiente embora na minha realidade foi o suficiente porque eu já estava na instituição e eu já conhecia por trabalhar lá, eu já podia ter um contato com a assistente social, como eu já fazia serviço social ela já discutia um pouquinho mais, me dava um pouquinho mais de oportunidade pra entrar nesse universo mesmo antes de fazer o estágio, então eu já conhecia a realidade antes.” (Colaboradora 8)

Sobre a utilização de instrumentos técnicos no processo de estágios, os discentes relataram que no período de estágio, houve utilização de diversos instrumentos, entrevista, pareceres, encaminhamentos, reuniões, visita domiciliar e trabalho em grupo, dentre outras técnicas, as quais os discentes foram desafiados a cumprir no estágio, inclusive, essa foi a crítica de algumas colaboradoras sobre a formação acadêmica na disciplina de Técnico- operativo I e II que de acordo com as falas forma insatisfatórias para subsidiarem o estágio.

“Consegui aprender na minha prática de estágio, por conta da profissional, na verdade não foi o suficiente ainda, mais o pouco que eu sei claro que aqui na universidade deu assim um pouquinho por cima, mais assim o que eu tenho hoje que eu consigo fazer um relatório hoje, eu consigo ver mesmo o que elas colocam na prática, o modelo de como tem que ser feito foi no meu campo de estágio mais eu volto a dizer por causa da profissional que ela me dava todo esse incentivo, me mostrava coisas que como era que tinha que fazer.” (Colaboradora 8)

“A gente tem noção sobre o que é o instrumental, porém você utilizar aquele instrumental no cotidiano, você tem que fazer aquilo, você não tá teorizando como é que aquele instrumental funciona, então a gente tá ali na pratica no dia- a- dia e esse foi o processo de aprendizagem desse instrumentos técnico-operativos, que durante a disciplina eu tive a disciplina em um mês, então depois desse período é que eu comecei a ter necessidade de aprender que instrumental é esse, onde é que eu vou utilizar, como é que eu preciso escrever aquilo, então foi durante o processo de estagio, foi em campo que de fato eu fui aprender a necessidade daquele instrumental e como eu poderia utiliza-lo.” (Colaboradora 2)

4.3.4 Acerca dos fundamentos teórico – metodológico, ético – politico e técnico - operativo para subsidiar o estágio.

A fundamentação teórica é imprescindível para o fazer profissional do assistente social, nesse quesito as contribuições das discentes apontam para a problemática de que a disciplina Técnico-operativo I e II não foi suficiente para dar embasamento teórico para subsidiar a vivência de estágio

“Os fundamentos teóricos e ético- politico eles foram suficientes, porém a gente as vezes acaba tendo uma certa limitação dentro dos instrumentais técnicos-operativos, as vezes a gente acaba tendo uma certa dificuldade durante a prática pra realização de instrumental , conhecimento de algumas leis elas são fundamentais pra que a gente possa trabalhar viabilizando os direitos e as vezes durante a formação a gente percebe que essa parte da dimensão técnico- operativa ela não tem uma prioridade dentro do processo de formação, ela acaba sendo subjugada em relação as outras, ele é

extremamente necessário no cotidiano profissional , eu acho que nós no processo de formação aqui na UFRB tem dado prioridade a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política entretanto a dimensão técnico-operativa ela acaba ficando em segundo plano e durante o processo de estágio ela é diversas vezes requisitada e as vezes a gente não tem um arcabouço pra dar conta das demandas que vão chegar” (Colaboradora 2)

“Eu acho que a gente tem teórico-metodológico demais na nossa formação aqui da UFRB, ético- político é algo complicado, técnico operativo é uma palhaçada a nossa formação né, primeiro, as duas disciplinas que são separadas pra técnico-operativa a primeira é teoria, ou seja, se tem duas disciplinas de 34 horas e de repente a primeira continua sendo teoria porque é pra discutir sobre coisa que a gente já deveríamos ter aprendido lá nas outras disciplinas, na ultima disciplina de 34 horas de técnico operativo é que você começa a ver como é que se faz um relatório e tal, técnico-operativo pra mim ela não é porque assim instrumentalização do trabalho pra mim não é só aquilo que eu vou fazer não é só o relatório, a anamnese, então pra mim técnico-operativa não deveria ser uma disciplina que somente 2 de 34 horas mais deveriam ser disciplinas grandes de 68 horas umas 4 disciplinas de 68 horas pra que a gente pudesse tá vendo essa questão do técnico né, do que que a gente vai trabalhar, do instrumental mais também com o que que a gente vai trabalhar qual as politicas que a gente vai trabalhar, então pra mim foram fracos os três, quer dizer menos o teórico né que vamos combinar que é muita teoria pra pouca pratica.” (Colaboradora 4)

“Eu diria que foi um tanto precário, porque eu não me senti preparada para o estágio, quando eu parti para o estágio eu não me senti preparada eu achei que faltava ainda um pouco de substancial de realmente saber o que fazer diante das situações.” (Colaboradora 6)

“Em sua totalidade não porque nosso processo de formação não foi suficiente pra a gente estar bem embasado teoricamente, bem embasado tecnicamente essa ética politica que as pessoas falam, técnico operativo a gente teve disciplinas que deixaram muito a desejar, então a gente conseguiu sim absorver algumas coisas mais ainda a gente precisa aprender muito mais, eu acho que a universidade poderia ter dado mais esse auxilio pra gente até mesmo os professores de estar mais perto da gente no ambiente de estagio, mais orientação, que não teve.” (Colaboradora 8)

As criticas elencadas pelas discentes é decorrente da compreensão e apreensão dessas dimensões no processo acadêmico, visto a problemática de compreender a importância dessas disciplinas, não apenas para a vivência do estágio, mas para sua formação profissional.

4.3.5 Sobre a supervisão acadêmica

Quanto a essa questão, cabe salientar que as principais alegações das discentes foram dirigidas acerca da falta de supervisão conjunta, pelas condições estruturais da Universidade, principalmente o fato de não ter professores suficientes para a disciplina numa turma tão grande.

“A UFRB não dá carro. É muito difícil conseguir um carro, ai teve uma reunião que tinha que agendar que conseguia, mais era muito difícil, então os professores pegam seus carros com sua gasolina e vai a campo então isso é muito difícil”. (Colaboradora 1)

“A gente vê também que a universidade não ofereceu condições desse supervisor de campo ser ativo e a gente vê que foi um período em que professores pediram desligamento da universidade pra ir pra outro lugar, a gente vê que professores tiveram filhos e tiveram também que ser afastados e ficou assim tipo que um pouco bagunçado né, por que não tinha quem de fato ocupasse todas as vagas e esse supervisor de campo as vezes eles tinham que ministrar aulas de três ou mais disciplinas em turmas diferentes, então pra eles também se tornou bem complicado fazer o trabalho deles e também fazer coisas que a universidade não favoreceu”. (Colaboradora 3)

“Foi *punck* pra nossa turma, por que uma turma de quase 40 alunos ser dividida entre 2 professoras isso é humanamente impossível elas darem conta até por que elas tinham outras turmas né e fora o que elas como a gente sabe não é dedicação exclusiva então isso faz com que elas não dessem conta mesmo.”(Colaboradora 4)

Sobre a quantidade de discentes em estágio para cada supervisor a **Resolução do CONAC da UFRB N° 022/2011 no Capítulo IV** dispõe

Art°22 A supervisão de estágio envolve duas dimensões distintas, entretanto, interdependentes:

II- cada supervisor acadêmico pode supervisionar ao máximo 10 discentes por turma de estágio;

Neste sentido, podemos dizer que houve uma sobrecarga no que tange o trabalho da supervisão acadêmica, já que as mesmas tiveram que dar conta de mais de 40 alunos em campo, em municípios distintos. Claramente percebemos pelas contribuições das Colaboradoras entrevistadas que o fato de ter apenas 2 professoras supervisionando todos os campos evidencia as condições da precarização de trabalho já na universidade, pois como já foi dito, muitos professores estavam afastados por diversos motivos o que diminuiu o quadro de

docentes no curso de Serviço Social, precarizando o ensino e comprometendo a qualidade da formação dos discentes.

4.3.6 Sobre a autonomia relativa do profissional

A condição de trabalhador assalariado do assistente social, tensiona a sua autonomia, mas não inviabiliza o direito de exercer sua atividade profissional através do conhecimento especializado. No entanto, o que pode dificultar esta autonomia ou torná-la bastante reduzida é a precarização da formação profissional e do trabalho do assistente social.

“Muito complicado assim a questão da autonomia, às vezes o profissional quer fazer alguma coisa e vê barreiras, como às vezes a própria profissão está em risco, o próprio cargo está em risco, no caso a minha ela tentava assim escondidinho tentando driblar essa questão pra também não ser tão prejudicada, ela fazia as coisas assim as vezes até algumas pessoas não gostavam tipo, de critica a gestão municipal ela fazia, ela tentava burlar, ela tentava fazer o trabalho dela independente de pensar nisso, mas mesmo assim por ela as vezes querer impor, as vezes vem a questão do ministério público, ela era as vezes não repreendida mais um pouco criticada assim “ah mais por que você vai fazer isso”, recomendavam a ela a pensar no trabalho dela e tentar fazer de outra forma o trabalho dela entendeu?” (Colaboradora 1)

“Pelo menos no meu campo de estágio não era visível, se ela tinha essa autonomia eu desconheço porque sempre tudo que a assistente social ia fazer tinha que ter o aval do secretario”. (Colaboradora 3)

“A autonomia relativa é relativa exatamente, assim autonomia eu acho que ninguém dentro da sociedade tem totalmente porque a gente vive numa sociedade que existem regras a serem seguidas e ninguém vai sair fazendo o que bem entende tal como quer... então a autonomia eu acho que ela parte do posicionamento politico do profissional mesmo.” (Colaboradora 4)

“Não vejo autonomia porque tudo que se que ela planeja tudo que se é decidido por ela na verdade tem que passar por outras pessoas, por outras áreas que não é ela que decide , pode existir em alguns casos mais não é autonomia.” (Colaboradora 7)

Para Iamamoto (2009, p. 352), não podemos esquecer que existe uma interferência direta dos empregadores na definição do trabalho profissional, uma vez

que a relação estabelecida entre o profissional e o objeto de intervenção “depende do prévio recorte das políticas definidas pelos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas”.

4.3.7 Quanto ao entendimento por precarização do trabalho e se perceberam essa precarização na formação acadêmica e na vivência do estágio

Os apontamentos feitos pelas colaboradoras na pesquisa é que a precarização das condições de trabalho dos profissionais, que vão desde a contratação, passando pelos equipamentos até infraestrutura, o que interfere no exercício profissional dos assistentes sociais.

“A profissão do serviço social em geral são em campos precarizados, desde o seu contrato que tem isso né, foi indicação, é indicação e já recebe pouco, mais às vezes se você não tem aquilo fica sem nada pra fazer, então muitos estão naquele trabalho ganhando pouco, sem condições de fazer visitas, sem condições de exercer sua profissão da forma que deveria ser mais é melhor do que não ter emprego.”(Colaboradora 1)

“Acredito que diga respeito tanto aos direitos dos profissionais quanto a condição de trabalho destes. Não é garantido ao profissional os mínimos direitos trabalhistas e esses estariam propensos a qualquer momento ser despedidos e não ter condições de reivindicar revisão de sua situação, isso pode implicar diretamente no trabalho de alguns profissionais que por medo de se expor se omite; outro aspecto que pode se processar é sobrecarregar o profissional com demandas que extrapolam a sua carga horária, ou a realização de atividades que não são de sua competência. Essa precarização ainda diz respeito as condições de trabalho que não garantem o mínimo ao desenvolvimento das atividades, sobrecarregando os profissionais.”(Colaboradora 5)

De acordo com pesquisas realizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foram constatados os impactos negativos das transformações no mundo do trabalho, no âmbito do Serviço Social, assinalando para uma gradativa perda de espaços e postos de trabalho e uma crescente precarização das relações laborais. E é nesse ponto que as discentes ainda acrescentam sobre a precarização de trabalho e os impactos da fragilidade dos vínculos de trabalho nos espaços onde fizeram seus estágios,

apontando um desdobramento da fragilidade do vínculo que é o assédio moral e a violência sofrida pelos seus supervisores.

“No dia a dia né a gente acaba percebendo algumas coisas, esses profissionais eram chamados pra algumas atividades fora da instituição ou atividades maiores que tinham outras pessoas representantes em que em **“algumas falas elas tinham que ser podadas,”** sabe algumas vezes aquele receio, **“aquele cuidado com o que você fala”**, é um assédio, é uma violência né, porque você foi contratada lá pra atender tal demanda isso não significa dizer que você tenha que ficar obedecendo ao que o secretário ou o que a outra pessoa que está acima lá no cargo da prefeitura queira que você faça. A gente tá ali pra trabalhar com aquela realidade, a gente que foi capacitada pra saber o que fazer diante daquilo, então a gente meio que fica barrado e a gente sabe o que poderia ser feito e muitas vezes por conta de estrutura ou porque enfim o profissional não quer ou o superior da gente não quer a gente acaba ficando limitada né”. (Colaboradora 4)

O assédio moral está vinculado aos maus tratos e humilhações que são aplicados aos indivíduos nas empresas, instituições públicas, derivados da lógica perversa da relação de poder existente nesses locais, exercendo um intenso controle disciplinar sobre os trabalhadores.

Sobre a questão do **assédio moral** a Colaboradora 2 ainda complementa

“Eu acho que é uma forma de violência não só ao profissional, é uma forma de violência do usuário porque a medida em que o profissional age de encontro a instituição como uma forma de manutenção do seu posto de emprego ele acaba violando os direitos, um assédio moral na medida que isso ocorre, então além de uma assédio moral, na medida em que você não tem autonomia pra realizar os exercícios profissional, na medida em que você diante dessa fragilidade dessa violações você tá violando o direito desses usuários, eu acho que é uma dupla violação, é uma violação tanto do profissional quanto as pessoas”.

.Essa amplitude do assédio moral permite-nos afirmar que a precariedade das relações de trabalho se inscreve num modo de dominação fundado no instituir-se de uma situação generalizada e permanente de insegurança, obrigando o trabalhador a submeter-se e a aceitar a exploração (BOURDIEU, 1998).

5 Considerações finais

A precarização do trabalho, por meio da reestruturação produtiva, destituiu o trabalhador de seus direitos, ele sofre com o rebaixamento salarial, com contratos temporários precarizados, com as terceirizações e subcontratações, uma série de perdas dos seus direitos sociais e trabalhistas. O exercício profissional dos assistentes sociais está sendo diretamente atingido pela precarização das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, de modo que sua autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho.

Neste estudo buscou-se fazer uma análise de como os impactos da precarização do trabalho se apresentam na formação profissional dos futuros assistentes sociais na UFRB, abordando a vivência na academia e também no campo de estágio, considerando as dificuldades enfrentadas pela turma 2011.2, identificando diversas facetas da precarização do trabalho.

As discentes colaboradoras apontam diversas questões que perpassam a relação entre teoria e prática, a articulação dos conhecimentos teórico-metodológico, ético-político, e técnico-operativo no processo de formação profissional, apresentando questões que são de extrema importância elencar para serem analisadas, objetivando repensar o processo de formação.

Nos resultados dessa pesquisa podemos apontar as questões que mais se destacaram: 1) a relação teoria X prática, 2) quantidade dos componentes curriculares na disciplina de estágio, 3) a importância das disciplinas técnico-operativo I e II, 4) insuficiência de supervisões conjuntas, 5) precarização das condições de trabalho dos supervisores acadêmicos e de campo, 6) insuficiência no quadro de docentes no curso. Pode-se entender que tais resultados refletem a necessidade de questionar e repensar o processo de formação profissional dos futuros assistentes sociais em um contexto de precarização do trabalho, tanto na academia, como no espaço sócio-ocupacional do estágio.

Referencias

ABEPSS. **Política de Ensino Superior no Brasil**: A regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social – Relatório Final do Seminário. In: Temporalis. N.1. Brasília, 2004

ABEPSS/CFESS. **As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação Profissional e do projeto ético-político**. 2011.

AGUIAR, Geraldo de. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. São Paulo: Cortez, 1982.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho** — reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial / FAPESP, 2000.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho — reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial / FAPESP, 2000.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Diccionario de trabajo social**: Cuadernos de trabajo social. 11. coedición. Buenos Aires: ECRO-ILPH, 1974.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7 ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000;

_____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2002

_____. **O Caracol e sua Concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006. v. I. p. 24

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Cadernos ABESS _ **Formação profissional**: trajetos e desafios. São Paulo, Cortez, n. 7, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPS). In: **Coletânea de Leis e Resoluções**. Assistente social: ética e direitos. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2004.

BARROCO Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Direitos Sociais e Lei nº. 8.662, de 07 de junho de 1993**. Brasília, DF, jun/dez 2000. In: Coletânea de Leis e Resoluções. Assistente Social: ética e direitos. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2004.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em serviço social**. O supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

DRUCK, Graça. **Principais indicadores da precarização social do trabalho no Brasil** (versão preliminar). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. GRUPO DE TRABALHO SINDICATO, TRABALHO E AÇÕES COLETIVAS, 14, Rio de Janeiro, jul. 2009.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação flexível. In: _____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 121

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 352.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008;

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Pensar a supervisão de estágio em Serviço Social: ser ou não ser, eis a questão!** Porto Alegre: PUCRS, Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. (Os economistas) 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NEGRI, F. L. **O exercício profissional do assistente social e a precarização no mundo do trabalho**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC, 2011

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006 a.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006 b.

_____. **A Reconceituação**: ainda viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, Norberto (Org.). Trabajo social latinoamericano: a 40 anos de la reconceptualización. Buenos Aires: Espaço, 2005.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós- 64. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo; FALEIROS, Vicente de Paula. **Teoria, método e história na formação profissional**. Cadernos ABESS – O processo da formação profissional do assistente social, São Paulo: Cortez, n. 1, 1993.

RESOLUÇÃO n° 022/2011, de 17 de agosto de 2011, que regulamenta o estágio obrigatório do curso de graduação em Serviço Social da UFRB.

RESOLUÇÃO n°43/2012, de 10 de dezembro de 2012, que altera a Resolução n°022/2011, nos seus artigos 8°, 9°, 16° e 17° do ANEXO ÚNICO.

RICHMOND, Mary E. **Diagnóstico social**. Lisboa: Fundação Russell Sage, 1950.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Estágio e supervisão: um desafio teórico-prático do serviço social. São Paulo: PUCSP, 1997.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço social e contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política? **Revista Ciências Humanas**, UNITAU, v. 1, n. 2, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.). **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATO, Ivete. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 8, jul/dez.2004.

WILLIAMSON, Margaret. Supervision en servicio social del grupo. 4. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1967. VIEIRA, Balbina Ottoni. Supervisão em serviço social. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Fluxograma do curso de Serviço social na UFRB

1º Semestre (374h)	<ul style="list-style-type: none">• Introdução aos Estudos Acadêmicos - 68h• Leitura e Produção de Textos - 68h• Antropologia - 68h• Fundamentos de Filosofia - 68h• Formação do Brasil Contemporâneo - 68h• Seminário Temático: o profissional do Serviço Social - 34h
2º Semestre (374h)	<ul style="list-style-type: none">• Teoria Social I - 85h• Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I - 68h• Serviço Social, trabalho e questão social - 85h• Psicologia - 68h• Economia - 68
3º Semestre (340h)	<ul style="list-style-type: none">• Teoria Social II - 68h• Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social II - 68h• Processo de trabalho e Serviço Social I - 68h• Oficina de Informática - 68h• Ciência Política - 68h
4º Semestre (340h)	<ul style="list-style-type: none">• Metodologia da Pesquisa em Serviço Social - 68h• Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social III - 68h• Processo de trabalho e Serviço Social II - 68h• Ética Profissional - 68h• Optativa I - 68h
5º Semestre (442h)	<ul style="list-style-type: none">• Oficina Instrumental Técnico-Operativo I - 34h• Política Social I - 85h• Teoria Social III - 85h• Pesquisa Social I: Métodos quantitativos - 68h• Administração e Planejamento - 68h• Optativa II - 34h
6º Semestre (426h)	<ul style="list-style-type: none">• Oficina Instrumental Técnico-Operativo II - 34h• Política Social II - 68h• Pesquisa Social II: Métodos qualitativos - 68h• Cidadania e Legislação Social - 68h• Estágio Supervisionado I - 196h
7º Semestre (374h)	<ul style="list-style-type: none">• Projeto de Conclusão de Curso I - 34h• Formulação, implementação e avaliação de políticas sociais - 68h• Optativa III - 68h• Optativa IV - 68h• Estágio Supervisionado II - 196h
8º Semestre (204h)	<ul style="list-style-type: none">• Trabalho de Conclusão de Curso - 102h• Optativa V - 68h• Optativa VI - 34h

APÊNDICE 2

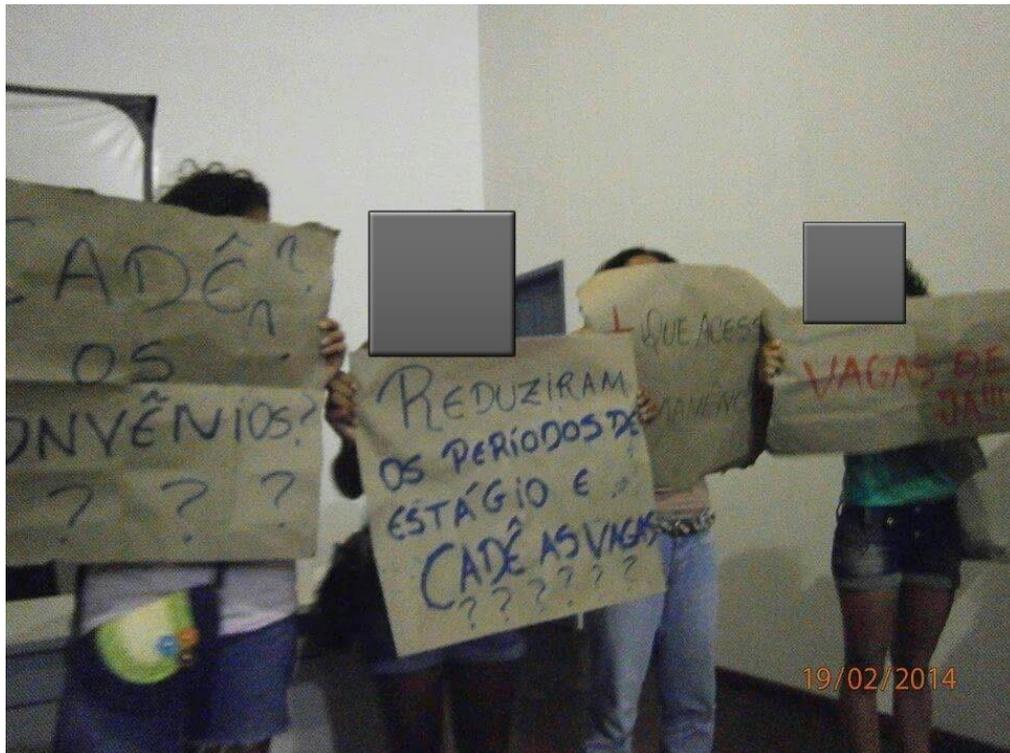


Foto: arquivo pessoal



Foto: arquivo pessoal

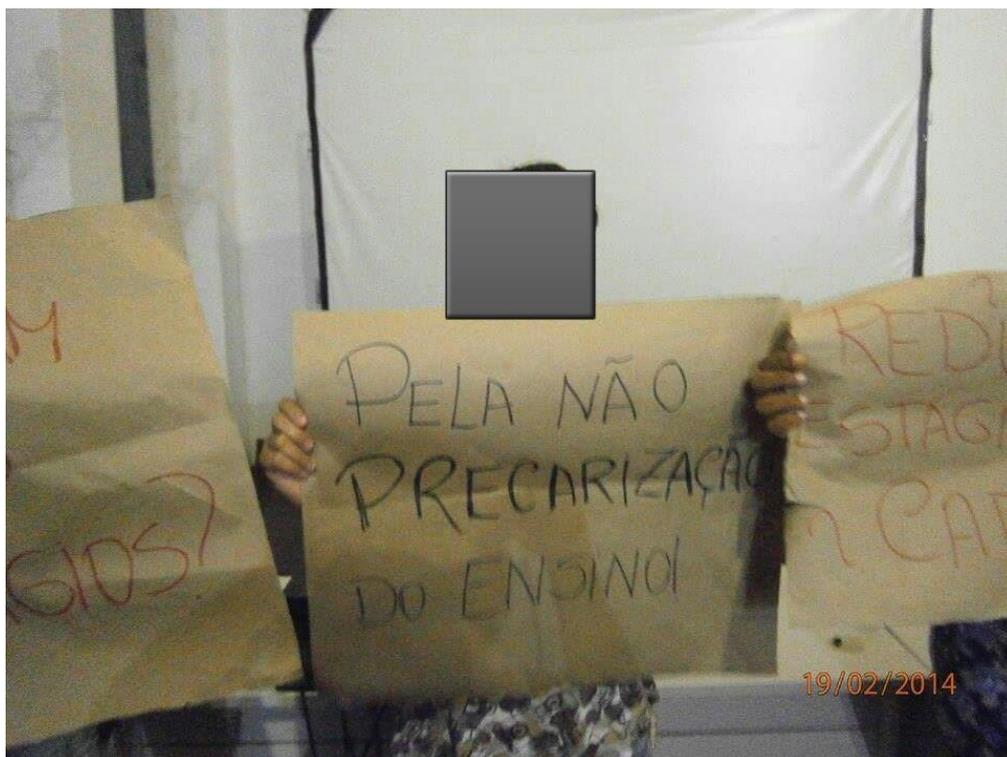


Foto: arquivo pessoal

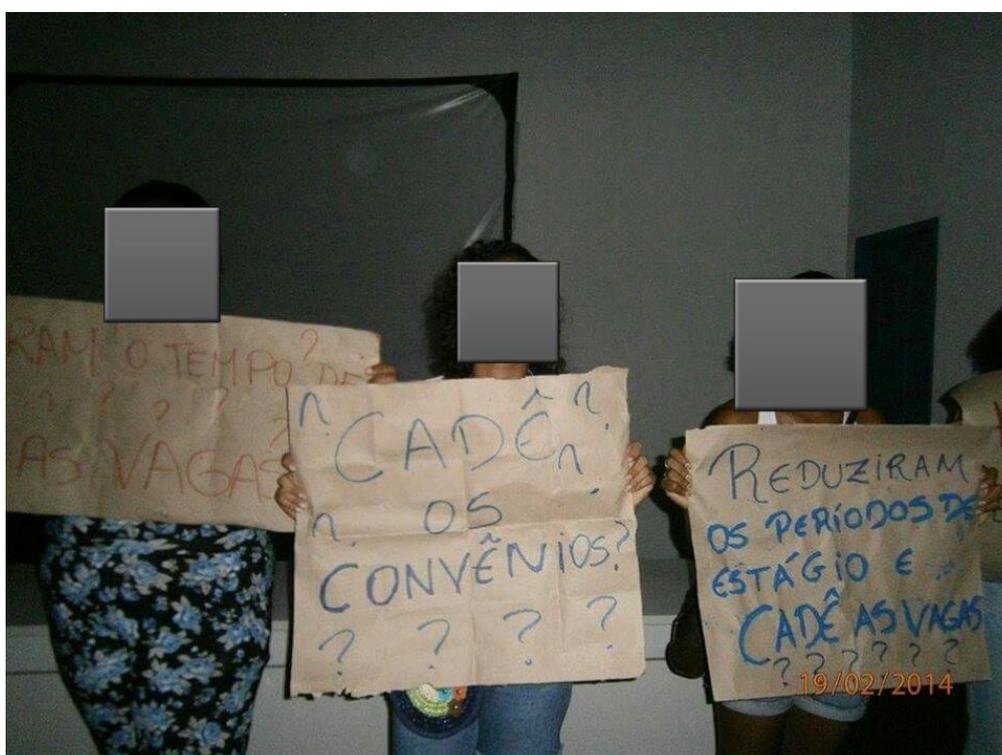


Foto: arquivo pessoal